

REVISITANDO O MARANHÃO:

apropriação do território e escravidão sustentando a exploração econômica na América portuguesa

REVISITING THE MARANHÃO:

appropriation of territory and slavery supporting economic exploitation in Portuguese America

VOLVIENDO A VISITAR EL MARANHÃO:

apropiación del territorio y esclavitud apoyando la explotación económica en la América portuguesa

Antonio José de Araújo Ferreira

Doutor em Geografia Humana, Universidade de São Paulo (USP); Professor do Departamento de Geociências da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Brasil – antonio.jaf@ufma.br

Recebido em: 18/06/2020

Aceito para publicação: 07/08/2020

Resumo

Na América portuguesa, o processo de colonização foi proeminente na explicação do que hoje é o Maranhão. Isso, porque, os interesses em jogo implicaram em uma contundente apropriação do território que, gradativamente, foi fragmentada e se sustentou na escravidão indígena e negra africana que atravessou a Colônia, o Império e alcançou a República. A revisitação, por isso, é um mote para se ponderar o porquê da recorrência da manutenção da estrutura de dominação política, econômica e socioespacial, sobretudo, nos descendentes das pessoas que foram escravizadas. Essas, ainda assim, tiveram importantes contribuições para a formação da população, toponímia, presença de sítios arqueológicos, assim como em relação aos bens materiais e imateriais.

Palavras-chave: Colonização. Maranhão. Revisitação.

Abstract

In Portuguese America, the colonization process was prominent in explaining what today is Maranhão. This, because, the interests at stake implied in a forceful appropriation of the territory that, gradually, was fragmented and was sustained in the indigenous and black African slavery that crossed the Colony, the Empire and reached the Republic. The revisiting, therefore, is a motto to ponder why the recurrence of the maintenance of the structure of political, economic and socio-spatial domination, above all, in the descendants of the people who were enslaved. These, nonetheless, had important contributions to the formation of the population, toponymy, the presence of archaeological sites, as well as in relation to material and immaterial goods.

Keywords: Colonization. Maranhão. Revisitation.

Resumen

En América portuguesa, el proceso de colonización fue prominente en la explicación de lo que hoy es el Maranhão. Eso, porque los intereses en juego implicaron una contundente apropiación del territorio que, gradualmente, fue fragmentada y se sostuvo en la esclavitud indígena y negra africana que atravesó la Colonia, el Imperio y alcanzó la República. La revisión, por eso, es un lema para ponderar el porqué de la recurrencia del mantenimiento de la estructura de dominación política, económica y socioespacial, sobre todo, en los descendientes de las personas que fueron esclavizadas. Estas, sin embargo, tuvieron importantes contribuciones a

la formación de la población, la toponimia, la presencia de sitios arqueológicos, así como en relación con los bienes materiales e inmateriales.

Palabras claves: Colonización. Maranhão. Revisitación.

Introdução

O estado do Maranhão, localizado na macrorregião Nordeste do Brasil (Figura 1), é resultado de 8 divisões político-administrativas que remontam à Colônia, atravessam o Império e tem conformação territorial atual na República, 08/08/1920. Nesse ínterim, as marcas foram se amalgamando e revelam o porquê das disparidades socioeconômicas e espaciais nos dias de hoje. A chave da revisitação a essa unidade da Federação deriva do fato de, em plena segunda década do século XXI, estar na ordem do dia a discussão sobre o significado da apropriação do território e escravidão como algo normal para viabilizar a exploração econômica. Isso, porque, em tempos pretéritos o Maranhão que já se destacou como a Atenas brasileira e o segundo parque industrial do País, porém hodiernamente permanece com os mais baixos indicadores sociais, relativos, em predominância, às pessoas de origem indígena e negra. A questão, que se impõe, portanto, é sobre o necessário debate dessa revisitação atinente à formação socioespacial maranhense. Para tanto, o conteúdo a seguir foi dividido em três partes: a primeira trata do Maranhão colonial, enfatizando as estratégias e consequências utilizadas pela Coroa portuguesa; a segunda, por sua vez, realça os principais fatos no Império; a terceira parte aborda as conclusões.

Figura 1. Localização do Maranhão no Brasil, 2019.



Fonte: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 3 abr. 2007.

O Maranhão Colonial (1500-1822) como materialização de uma lógica mundial

Considerando como fator de homogeneidade a língua falada pelos indígenas que já habitavam as terras maranhenses antes da chegada dos colonizadores europeus, os mesmos têm sido divididos em duas grandes famílias, isto é, a dos tupis que se localizavam no litoral e a dos tapuias que se espalhavam pelo interior. Na capitania do Maranhão, os tupis eram divididos em quatro subfamílias (Tiguaras, Caetés, Tabajaras e Tupinambás que predominavam) enquanto os tapuias em sete: Tagé (bacia do Mearim); Aponegicrã (Cabeceiras do Corda); Piocobogé (nascentes do Pindaré); Puramecrã (bacia do Grajaú); Capiocrã (no Balsas); Craô (no Manuel Alves Grande); e Teremembés (no Baixo Parnaíba). Essa classificação baseada na língua homogênea, no entanto, foi “construída” devido ao avanço da colonização, o qual atribuía aos tupis a benevolência e aos tapuias a braveza ou a “barbárie”. (PUNTONI, 2002). Parte-se da premissa que o processo de colonização não foi aleatório, pois foi imposto na Ásia, África e América por meio de objetivos claros (domínio do território/submissão de pessoas/exploração comercial) materializados por uma gama de estratégias entre as quais se destacam a apropriação do território, escravidão, introdução de novos valores socioculturais, articulação territorial (rotas, caminhos, estradas), uso da catequese, instalação de fortes e mis-

sões/vilas/cidades, culminando na exploração econômica conforme a demanda do mercado do Velho Mundo.

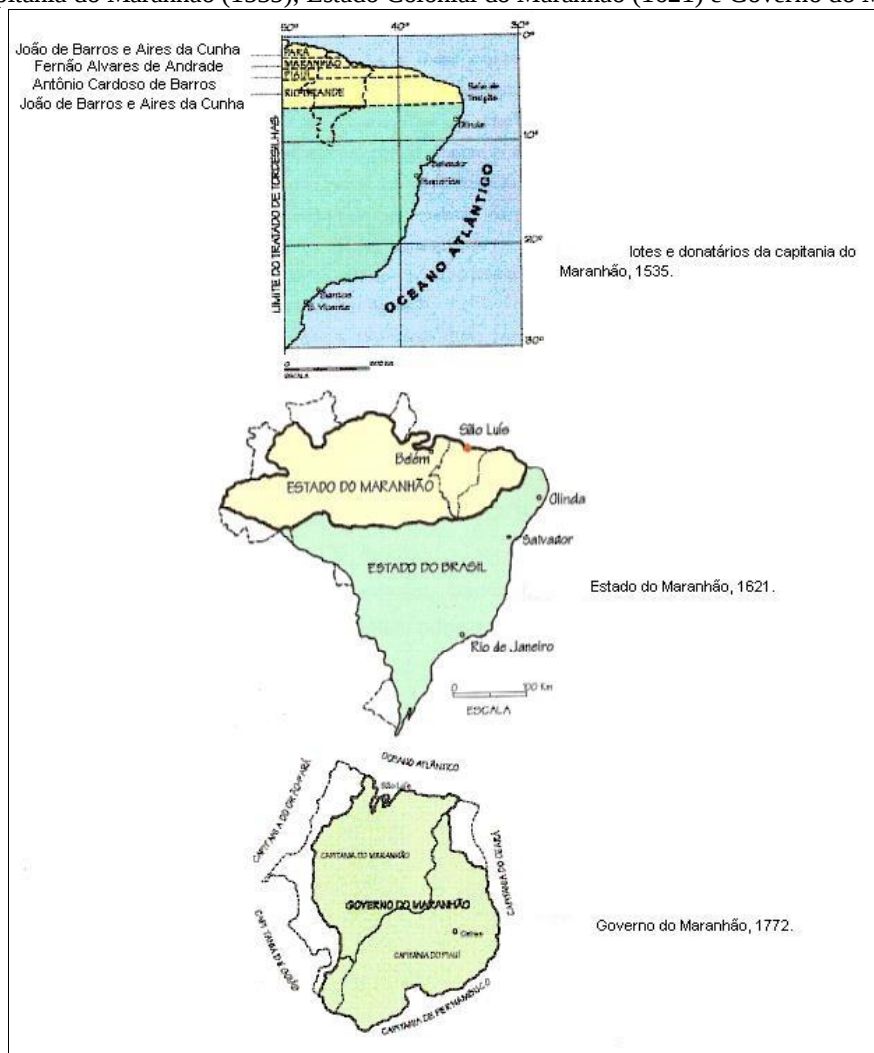
Particularizando a conquista do Maranhão, de acordo com Studart Filho (1959) aconteceram 11 tentativas e embora Dom João III tenha instituído a estratégia geopolítica de efetivar a ocupação do Brasil em 1534 mediante o instrumento das capitanias hereditárias que vigorou até 1548, foram os franceses, que sob o comando de *Jacques Riffault* chegaram à ilha do Maranhão em 1594. Nesta, fundaram uma feitoria e retornaram à França, porém *Charles des Vaux* permaneceu dois anos e voltou com o intuito de divulgar as riquezas encontradas e defender as “vantagens de sua colonização pelos franceses” (D’ABBEVILLE, 1975, p. 9) uma vez que os portugueses pretendiam retomar a posse da capitania do Maranhão, a qual equivalia a uma faixa litorânea de 265 léguas segmentada em quatro menores: primeira – 100 léguas, da baía da Traição, na Paraíba, à foz do Mossoró, no Rio Grande do Norte, doada a João de Barros e Aires da Cunha; segunda – 40 léguas, do Mossoró ao Mundaú (Camocim), no Ceará, doada a Antônio Cardoso de Barros; terceira – 75 léguas do Mundaú aos Mangues Verdes, no Maranhão, entregue a Fernão Álvares de Andrade; quarta – 50 léguas dos Mangues Verdes ao Gurupi, no Maranhão, também doada a João de Barros e Aires da Cunha (MEIRELES, 2001). Tal fato derivou da preocupação do governador-geral do Brasil (Dom Diogo de Botelho – 1602/1608), que defendia a imediata colonização da capitania do Maranhão (Figura 2).

Sob a concessão de Maria de Médici que era a regente na menoridade de Luís XIII, Daniel de *la Touche* associou-se ao conselheiro do rei, *Nicolas de Harlay*, e ao conde *François de Rasilly*, com o propósito de organizar a expedição que incluía 500 homens e 3 navios (MARQUES, 1970). Esta partiu da França em 19/03/1612 e chegou ao Maranhão em 26 de julho daquele ano. *Des Vaux* foi incumbido da sondagem dos indígenas (aproximadamente 12 mil) tupinambás acerca do desembarque na ilha mencionada, o que foi consentido, embora por trás da “convivência”, “alegria” e “boa-vontade” (D’ABBEVILLE, 1975) dos mesmos em trabalhar, o interesse do Estado se impôs uma vez “que foram decretadas leis [...] as quais versavam sobre a religião e, principalmente, a necessidade de obediência por parte dos nativos em relação ao Rei da França” (FERREIRA, 2014, p. 26).

Os capuchinhos franceses rezaram a primeira missa em 12/08/1612 e no dia 8 de setembro do mesmo ano foi fundada a colônia, cujo forte (*Saint Louis*) homenageou ao rei Luís XIII, bem como o ancoradouro recebeu a denominação de *Port de Saint Marie* em reverência à Virgem Senhora e em homenagem à rainha Maria de Médici. No local da fundação da capi-

tal maranhense (hoje, Praça Pedro II) e junto à cruz expuseram-se “as armas da França” (MEIRELES, 2001, p. 42), demonstrando-se que estava afirmado o domínio gaulês.

Figura 2. Capitania do Maranhão (1535), Estado Colonial do Maranhão (1621) e Governo do Maranhão (1772)



Fonte: AYRES (2001); FERREIRA (2008).

A necessidade de ser ampliado o “reconhecimento da terra” impôs-se e por isso em 1613 os franceses realizaram três expedições, que saindo de São Luís se direcionaram para o continente através de rios (por exemplo, Itapecuru - 1.090 km, Mearim - 966 km, Pindaré - 558 km e Munim - 275 km), prosseguindo a Oeste rumo à capitania do Grão-Pará e para o Sul ultrapassando o rio Mearim, alcançando o rio Grajaú, o que foi sustentado pelo aprisionamento de índios e almejava ao conhecimento das potencialidades e limitações ao uso do território, para posterior exploração econômica. Esta incluía as “plantações de tabaco, algodão e canafistula, chegando a mandar para a Europa bastante pimenta, âmbar, tatajuba (pau-amarelo), uru-

cu e carajuru” (MEIRELES, 2001, p. 47). Para proteger melhor a extremidade Leste da ilha do Maranhão e defronte à baía de São José foi erguido em 1614 o forte São José de Itapari, enquanto do outro lado dessa (no continente) também foi construído entre 1612 e 1613 o forte Santa Maria, na localidade Águas Boas (hoje, Icatu) – (MARQUES, 1970).

Em função das ações francesas que eram vinculadas ao processo de colonização e incluía construção de ancoradouro e forte, a catequese, abertura de caminhos, reconhecimento do território e a exploração econômica, ao assumir o Governo Geral do Brasil, no final de 1612, Gaspar de Sousa chegou com a orientação de retomar dos gauleses a capitania do Maranhão.

Jerônimo de Albuquerque iniciou os combates dedicados à expulsão dos franceses em 22/07/1613, o que após uma trégua e demorado litígio das Coroas interessadas, foi concretizado em 03/11/1615 com a tomada do forte São Luís, por uma tropa sob o comando de Alexandre de Moura. A colonização portuguesa, que se expandia a contar de Pernambuco, havia conquistado a Paraíba (1556) e o Rio Grande do Norte (1596), tinha ela também, condições de avançar para o Norte do Brasil a partir da retomada do Maranhão. Por essa razão, o domínio e administração portugueses iniciaram-se na capitania do Maranhão, e *de fato*, somente em 1616, quando Jerônimo de Albuquerque (primeiro capitão-mor do Maranhão), assumiu por dois anos a direção dos negócios públicos (MARQUES, 1970).

Convém destacar que, a ocupação territorial do Maranhão foi procedida por intermédio de duas frentes, uma do Norte e outra do Centro-Sul, as quais tiveram motivações e tempos diferentes (ANDRADE, 1984; MOTT, 1985; CABRAL, 1992; FERREIRA, 2008).

A partir de 1616 a frente do Norte seguiu a orientação de Jerônimo de Albuquerque visando ao reconhecimento do território da referida capitania. Nesse caso, ele utilizou a ordem religiosa dos jesuítas como instrumento de dominação política colonial. A ação dessa ordem foi iniciada pela ilha do Maranhão em que fundaram três missões denominadas Uçaguaba (da Doutrina ou Vinhais), São Gonçalo (ou Tuaiaçu Coarati) e São José. Partindo de São Luís e acompanhando o rio Itapecuru os jesuítas se defrontaram com índios e se restringiram à citada ilha ou se direcionaram para Tapuitapera (hoje, é o município de Alcântara). Há indícios, todavia, de que o primeiro capitão-mor do Maranhão “mandou portadores por terra” dessa capitania à de Pernambuco, o que foi confirmado posteriormente por André Vidal de Negreiros e o padre Antônio Vieira (ABREU, 1975).

Devido à morte de Jerônimo de Albuquerque em 11/02/1618, seu filho mais velho, Antônio de Albuquerque Maranhão, assumiu a “gerência dos negócios públicos [...] e nomeou Bento Maciel Parente para ser o [...] capitão das entradas e explorador das riquezas do rio Pindaré” (MARQUES, 1970, p. 297), o qual em 1619 encerrou a guerra com os Tupinambás que se localizavam entre Tapuitapera e a capitania do Grão-Pará, passando pelo rio Gurupi e abrindo um acesso terrestre entre essas capitanias. Foi ele que em 1620 iniciou a construção do forte Vera Cruz, ao lado da Cachoeira Grande. Visando efetivar a ocupação, o governador Domingos da Costa Machado introduziu, entre 1620 e 1621, 240 casais de açorianos, o que é outra estratégia inerente ao processo de colonização.

Considerando a grande extensão territorial da América portuguesa, a presença de índios “bárbaros” e as dificuldades de acesso pelo mar, a Coroa incrementou estratégias para viabilizar e intensificar a ocupação da capitania do Maranhão através da Carta Régia – CR, de 13/06/1621, a qual criou dois grandes estados autônomos que assim permaneceram por 31 anos: o Estado Colonial do Maranhão (incluindo-se a capitania homônima, a de São José do Piauí, a do Grão-Pará e a do Rio Negro), ao Norte e com sede em São Luís; e o Estado do Brasil, ao Sul, cuja cabeça era São Salvador. Destaca-se que de acordo com Ferreira (2008), esse Estado Colonial do Maranhão (Figura 2), atualmente, corresponderia às terras que abarcam as unidades da Federação do Acre, Amazonas, Amapá, Ceará, Pará, Piauí, Maranhão e Roraima, além de parte do Tocantins ou 47,80% do território nacional (8.514.876,599 km²).

Na capitania do Maranhão as ações levadas a cabo por Antônio Muniz Barreiros incluíram a introdução do gado vacum e a instalação de dois engenhos de açúcar (o primeiro à margem do rio Itapecuru, em 1622). À margem esquerda desse rio, mais precisamente uma légua ao Norte da povoação denominada Rosário, o forte Vera Cruz (Figura 3) foi utilizado tanto para “repelir os ataques do gentio, que embaraçava as plantações de cana-de-açúcar” (MARQUES, 1970, p. 284) quanto para vigiar o acesso ao continente pela foz do Itapecuru. Isto implica que havia necessidade de serem quebradas as resistências dos índios e “vencê-los significou ao mesmo tempo, ocupar a terra e obter a mão-de-obra” (CABRAL, 1992, p. 62), o que se concretizou mediante expedições e/ ou guerras justas incentivadas pela Coroa portuguesa.

Figura 3. Forte do calvário, em Rosário - MA: croqui de localização (séc. XVII) e ruínas (2017)



Fonte: BARLÉU (apud BANDEIRA, 2018); FERREIRA (2017)

Em decorrência da restauração de Portugal em 1640, Bento Maciel Parente (1638-1641), que era o governador da capitania do Maranhão, confiou no acordo de paz e ignorou o aviso do inglês *Thomas William*, que sustentava a iminência de invasão holandesa, a qual dominou São Luís com uma esquadra “composta de 18 velas com dois mil homens de desembarque” (MARQUES, 1970, p. 407). A partir daí atravessaram a baía de São Marcos, dominaram a povoação de Tapuitapera (Alcântara) e ainda seguiram à montante do rio Itapecuru, subjugaram o forte Vera Cruz (em Rosário – Figura 3) e ficaram com as cinco mil arrobas de açúcar dos cinco engenhos tomados, assim como construíram outros sete.

Sob o comando de *Pieter Bas*, os holandeses permaneceram no Maranhão por 27 meses, dos quais 17 foram de guerra “incessante e implacável” (MARQUES, 1970, p. 408) em que foram utilizadas emboscadas, guerrilhas, incêndios e resultou na expulsão dos mesmos em 28/02/1644.

Após a expulsão dos holandeses, o que sobrou da incipiente economia açucareira não a tornou competitiva “com a das florescentes capitanias do nordeste” (LISBOA s.d. apud VIVEIROS, 1992, p. 35), o que foi agravado pelo ataque indígena, em 1649, que culminou na morte de três membros da Companhia de Jesus e consequentemente na interrupção de atividades no rio Itapecuru e em todo o citado estado. A Coroa portuguesa, por seu turno, priorizou defender áreas que sofriam ameaças de ataque e extinguiu o Estado Colonial do Maranhão através da CR de 25 de fevereiro de 1652, substituindo-o por duas capitanias autônomas, isto é, a do Maranhão, e a do Grão-Pará, sendo que a extensão da costa da primeira ia da foz do rio Gurupi até o delta do rio Parnaíba (MARQUES, 1970).

Ao desembarcar para assumir a capitania do Maranhão em 17 de novembro de 1652, Baltazar Pereira incrementou a estratégia de ocupação da frente do Norte levada a efeito pela Coroa portuguesa e concedeu “aos jesuítas, [...] todo o auxílio para estabelecimento de outras missões e pregação do evangelho” (MARQUES, 1970, p. 394), incluindo as recomendações de impedir resgates e de por em liberdade os indígenas do cativo. A partir de 1653 e com a chegada do padre Antônio Vieira é que os jesuítas reiniciaram a instalação de missões que adentravam o interior do continente, a exemplo de São Gonçalo, São Miguel e Nova dos Barbados, ao longo da bacia do Itapecuru, de maneira que paralelamente avançava a ocupação e a “passagem para o interior do Piauí, [...] assim [...] seria [...] assegurada” (MORAIS, 1860, p. 153). Em Tapuitapera (era vila desde 1648) instituíram a missão de São João de Cortes. No rio Munim, as missões de destaque foram as dos Iguaranos, a de São Jacó e a de São Gonçalo de Icatu. A ação dos Jesuítas era caracteristicamente sertanista. Também avançavam pelo rio Pindaré através do contato com os índios Guajajaras. Isto, contudo, encontrou resistência dos colonos que utilizavam os índios como mão de obra escrava e doméstica, o que foi agravado porque as ações estavam fugindo do controle do governo metropolitano, que observava que tal companhia estava “formando um vasto patrimônio constituído de fazendas de gado, salinas, engenhos, fábricas de farinha, terras para cultivo de roça, canaviais, fumo e algodão, e ainda, várias propriedades espalhadas pela ilha e pelo interior do antigo Estado do Maranhão” (CAVALCANTI FILHO, 1988, p. 37).

Devido à permanência dos conflitos entre colonos e jesuítas, assim como entre “governadores e demais autoridades”, através da CR de 25 de agosto de 1654 a Coroa portuguesa restabeleceu o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luís e que vigorou por 118 anos.

Em função dos conflitos referidos e do acesso do padre Antônio Vieira ao rei, a Coroa interveio através da Provisão de 09/04/1655 que anulou os efeitos dos dispositivos de 1570, 1587, 1595, 1652 e 1653, criando a Junta das Missões do Maranhão, a qual concedeu o *domínio sobre os índios em todo o estado e a administração* daqueles, que estavam libertos, aos jesuítas, bem como definiu critérios do cativo indígena. Com efeito, colonos, autoridades e as câmaras do Pará e Maranhão se aliaram, e isto culminou na primeira expulsão dos jesuítas, em 1662. No final desse ano o governador Rui Vaz de Siqueira anistiou esses religiosos que (excetuando-se o padre Antônio Vieira) retornaram às missões sem os antigos privilégios, uma vez que as demais ordens religiosas também foram autorizadas a executar a função espi-

ritual, porém ficou proibida “qualquer jurisdição temporal [...] e introduzidas [...] uma série de reformas no tocante à administração dos índios” (CAVALCANTI FILHO, 1988, p. 49).

Esse novo contexto não impediu que os governadores subsequentes autorizassem mais entradas. Isto porque entre 1663 e 1679 delas houve 14. Buscavam resgatar indígenas e descobrir produtos de interesse para a Metrópole portuguesa. Por exemplo, direcionando-se para o Oeste nas terras dos Guarápus, na bacia do Tocantins. Uma foi à montante do Mearim, possibilitando a exploração da baunilha. Outra rumou para o Nordeste (limite do Maranhão e Piauí), mas se defrontou com os Teremembés e não avançou. Outra estratégia foi o remanejamento, entre 1670 e 1680, de cem casais dos Açores (VIVEIROS, 1992) para colonizarem a capitania do Maranhão.

Considerando-se que não havia um controle da economia regional, em 1677¹ a Metrópole portuguesa interveio duas vezes. A primeira com o Estanco da Fazenda Real. Este por ser monopolizado pela Coroa encontrou resistência dos colonos e mercadores e, por isso, foi extinto em 1680. A outra se relaciona à Companhia de Comércio do Maranhão, cujas atividades se iniciaram em 1682 e seguia diretrizes da Companhia Geral do Comércio do Brasil (1649). Entre outras obrigações, durante 20 anos a referida companhia monopolizaria todo o comércio do Maranhão, se responsabilizando por introduzir 10.000 africanos (500 indivíduos ao ano) a fim de comercializá-los a prazo e preços tabelados. Todavia, tal companhia fracassou devido a irregularidades que incluíam comercialização de produtos de baixa qualidade, não cumprimento de prazos, imposição de preços e confisco de terras daqueles que não produzissem o algodão (LIMA, 1980), o que somado à cobrança de altos impostos e descontentamentos desencadeou a Revolta de Beckman (1684-1685). Convém sobressair que, em termos demográficos:

Provavelmente o número total não passe de 1.500 escravos, entre a década de 1670 e o primeiro decênio do século XVIII. Para o período anterior, praticamente não há indicações de carregamentos de escravos. Comparado com outras regiões da América portuguesa, como Bahia e Pernambuco, fica claro que o volume do tráfico é ínfimo. (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 102).

Com o recuo das empreitadas referidas, as ações da Coroa portuguesa primaram por materializar apropriação do território, avançar o povoamento, fomentar a economia e realizar entradas contra os nativos. Por isso em 1683 a aldeia Capitiba (dos Guajajaras), localizada no

¹ Nesse ano, o papa Inocêncio XI criou o Bispado do Maranhão, o que concorreu para que São Luís passasse da categoria de vila para a de cidade.

vale do Pindaré, foi transferida para a margem do lago Maracu, ficando ela sob o encargo dos jesuítas (hoje é o município de Viana) que daí e com auxílio de índios se dirigiam por caminho rumo às aldeias do Grão-Pará (ABREU, 1975). Com o intuito de interligar os estados do Maranhão e do Brasil, pretendia-se “descobrir caminho por terra para a Bahia”, o que coube a João Velho do Vale, mas esta é “apenas [...] afirmação vaga” (ABREU, 1975, p. 123), embora certo capitão Manuel Álvares Carneiro relate que já havia alcançado o Maranhão (PUNTONI, 2002). Em 1687 foi iniciada a edificação da nova igreja da vila de Icatu, que foi elevada a essa categoria em 1688. CR de 26/11/1687 corroborou a paz com os Teremembés, visando à redução da pirataria do Nordeste, bem como facilitar as comunicações por terra do Maranhão com o Ceará.

Em 1691² houve nova tentativa de fomentar a economia através da Provedoria do Maranhão, mas os resultados também foram diminutos e tinha como agravante o fato de que as epidemias de bexigas (varíola) que ocorreram nas décadas de 1660 e 1690 afetaram, por morte, a força de trabalho escrava (indígenas, predominantemente, e negros africanos) e o sistema produtivo (CHAMBOULEYRON, 2006), o que exigia alternativas. Dessas, uma consistiu na realização de seis entradas direcionadas para o “sertão” em 1692, sendo mais notória aquela contra os Caicazes que se localizavam entre os rios Munim e Mearim. Outras quatro avançaram pelos “sertões” do Munim, Itapecuru e Mearim objetivando manter contato ou castigar os indígenas, de modo que, a partir das facilidades do vale do segundo rio, foi aberto um caminho que articulou São Luís à Bahia e Pernambuco em 1695³, passando pelo Piauí, este anexado à capitania do Maranhão em 1715. Devido à pacificação dos Teremembés no Baixo Parnaíba, foi fundada em 1722 a missão de Nossa Senhora da Conceição, na localidade Tutóia (atualmente é o bairro Tutóia Velha) e assim foi viabilizada a comunicação terrestre entre o Maranhão e o Ceará. No Mearim foi fundada a povoação (hoje município) de Arari, em 1723. Entre 1722-1728 foi aberto o caminho que ligava Belém a Alcântara e a São Luís, o qual se tornou uma alternativa ao ataque de corsários ao correio marítimo e ainda diminuiu pela me-

² A ação dos senhores da Casa da Torre no Médio São Francisco concorreu para que, por exemplo, em 1691 eles fossem autorizados pela Coroa portuguesa a participar das guerras justas e avançar a conquista/ ocupação de Pernambuco e da Bahia rumo ao Piauí e, posteriormente aos sertões maranhenses (MOTT, 1985).

³ Esse caminho já era, ao que tudo indica, conhecido e não ratificado. Ele o foi quando a “expedição de retorno chegou em São Luís em outubro de 1695, trazendo cartas do governador do Brasil, João de Lencastro, ao governador do Maranhão em que pedia que este atacasse os bárbaros que se refugiassem nas serras de Ibiapaba” (PUNTONI, 2002, p. 28-29).

tade os trinta dias que se perdia entre as sedes das capitanias do Grão-Pará e a do Maranhão. (FERREIRA, 2008).

O vislumbrado avanço da ocupação em direção aos “sertões” do Sul da capitania do Maranhão deriva da associação de interesses da Coroa portuguesa com a Companhia de Jesus (Provisão Régia de 07/04/1726⁴) via catequese indígena que avançava pelo vale do Itapecuru através das missões dos Guanarés (1726), dos Barbados (1730, entre os atuais municípios de Pirapemas e Peritoró) e das Aldeias Altas (1741 em que fundaram um convento que funcionou até 1760. Hodiernamente é o município de Caxias). Essa última se tornou estratégica em relação à progressão da ocupação devido à excelente situação geográfica favorecida pela proximidade e facilidade de acesso terrestre rumo às capitanias do Piauí e da Bahia, assim como na direção da povoação de Pastos Bons que remonta a 1740 e resultou da Frente do Centro-Sul, a qual se originou da pecuária do vale do São Francisco, cujo ponto de apoio do lado piauiense⁵ foi o hodierno município de Florianópolis. Conseguia-se, assim, o contato entre as duas frentes de ocupação da capitania referida⁶. Também estratégica, Pastos Bons foi o local em que se aquartelou “a tropa de 1ª linha [...] destinada a firmar posse e impor submissão aos selvagens, aniquilando-os” (CARVALHO, 1924, p. 30), e se aproximando da capitania de Goiás.

Tendo em vista a estagnação da economia da capitania do Maranhão, cujos exemplos são o pífio movimento no porto de São Luís que se restringia à entrada de um navio ao ano entre 1693 e 1755, assim como as trocas que até 1748 eram realizadas através de novelos de

⁴ Essa provisão régia determinava “ao governador do Maranhão que de cada uma das entradas ou expedições, que se fizessem ao sertão se dessem trinta ou quarenta escravos para o serviço dos colégios e fazendas da Companhia de Jesus, *em razão da grande falta, que tinham de escravos, conforme representou* o visitador-geral da mesma Companhia” (MARQUES, 1970, p. 395 – grifo nosso).

⁵ A Frente do Centro-Sul resultou de dois focos de irradiação da pecuária, que Capistrano de Abreu (1975) denominou um de “sertão de fora” por se originar em Pernambuco e avançar próximo ao litoral na direção do Ceará, enquanto o outro era cognominado “sertão de dentro” porque demandava da Bahia, acompanhando o rio São Francisco rumo ao Gurguéia e ao Parnaíba (Piauí), avançando pelo Alto Itapecuru e o Balsas (Maranhão). A pecuária foi um dos elementos que concorreu para o avanço do povoamento e complementação das atividades produtivas. Convém ressaltar que, para Andrade (1973), a Frente do Centro-Sul teve três ramos: um iniciado a partir de 1730 foi preponderantemente pecuário; no princípio do século XX outros dois se originaram em Caxias, sendo que um teve intenções agrícolas e pecuárias enquanto o outro tinha intenções agrícolas.

⁶ Ao analisar a ocupação do sertão maranhense, Santos (2007), revela que, para Carlota Carvalho, em “O sertão” (1924), a ocupação da referida região foi impulsionada pelo Estado português enquanto para Maria Cabral, em “Caminhos do gado” (1992), ela resultou de uma iniciativa particular com motivos econômicos. Em que pese essa controvérsia, o que fica claro é que [...] a ocupação do sertão fez parte de um processo de interiorização da colonização da América portuguesa [...] a qual [...] resultou tanto da necessidade da expansão econômica (com a pecuária e o algodão), quanto da necessidade da conquista do território pela Coroa portuguesa (p. 30).

fio de algodão e varas de pano, as Instruções Reais de 31 de julho de 1751 substituíram o Estado do Maranhão e Grão-Pará pelo Estado do Grão-Pará e Maranhão, com sede em Belém.

As tentativas anteriores de erguer a economia da capitania do Maranhão⁷ só se concretizaram com o marquês de Pombal⁸, que criou em 1755 a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, a qual se instalou em São Luís em 1758. O monopólio dessa companhia durou 20 anos sustentados na liberdade dos índios que tiveram sua escravatura substituída pela dos negros africanos (oficial e que foi apresentada como alternativa à necessidade de mão de obra), na limitação das atividades mercantis dos jesuítas, na instituição do Regimento das Missões (1757)⁹ e expulsão definitiva dos mesmos em 1759 com o confisco dos bens que possuíam em “todo o mundo português” (STUDART FILHO, 1959, p. 339). Foram financiadas as culturas do arroz, algodão e cana-de-açúcar, além da expansão das fazendas de gado do sertão com o intuito de avançar a ocupação e ampliar a oferta de couros, sendo priorizada a exportação do herbáceo e para tanto a navegação regular para Lisboa foi efetivada. Face à iminência de ataques, reforçou-se a defesa militar por intermédio do forte Apóstolo São Mateus, que foi erguido em Alcântara, em 1763¹⁰.

Tais estratégias revelam que o propósito consistia em frear as ações dos jesuítas que se contrapunham, nesse momento, aos interesses da Coroa no sentido de integrar a capitania referida ao circuito do comércio internacional e dependência do contexto mundial do qual foi,

⁷ O governador do então Estado do Grão Pará e Maranhão, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751 a 1759), escreveu ao seu irmão (o marquês de Pombal) que “Este Estado, e principalmente esta Capitania [Maranhão], se acha reduzido à extrema miséria. Todos os seus moradores estão na última consternação. São poucos os que ainda cultivam algum gênero” (VIVEIROS, 1992, p. 68).

⁸ Em 31 de julho de 1750 ascendeu ao trono português Dom José I, que privilegiou o ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, cognominado marquês de Pombal, a fim de efetivar uma gama de reformas no reino em decadência com o objetivo primordial de eliminar a dependência de Portugal em relação à Inglaterra e ao mesmo tempo revitalizá-lo.

⁹ De acordo com o § 2º desse regimento, as missões dos jesuítas perderam tal denominação e foram classificadas conforme o número de habitantes, sendo criadas as *vilas* para aglomerações com até 150 moradores, e *lugares* para as que tinham número inferior. Nesse caso, somente em 1757 foram criadas as vilas de Viana (antiga Maracú), Monção (Carará), Vinhais (Doutrina), além dos lugares Lapela (Gamelas), Trizidela (Aldeias Altas), São José de Ribamar, São João de Cortes (São João). Em 1758 foi criada a vila de Guimarães em substituição à aldeia Fazenda Guaramiranga, além dos lugares Nossa Senhora da Lappa e São Miguel (ex-São Miguel), São Mamede (Pequena), São Pedro (Adega Grande de São Lourenço de Barbado) e Tutoya (COELHO, 1989).

¹⁰ Tal ação foi justificada porque “se houvesse um desembarque de inimigos nesta vila poderiam eles sem a violência das armas reduzir a capital a uma lamentável consternação, tirando-lhe os meios de sua subsistência” (correspondência de 27/02/1755 do governador Gonçalo Pereira Lobato a S. M. *apud* MARQUES 1970, p. 68). Essa preocupação já era evidenciada pela construção de outros fortes, a exemplo do da Ponta-d’Areia e o do São Francisco, que remontam a 1700 e 1737, respectivamente, os quais se localizam em São Luís. O seu propósito era defender a sede da capitania e vigiar o canal de acesso “por onde necessariamente hão de passar os navios” (MARQUES, 1970, p. 282 e 283).

no início, favorecida devido à demanda europeia por matérias-primas baratas (sobretudo indústrias têxteis inglesas) e aos problemas com o principal exportador de então (colônias britânicas), mais precisamente os inerentes às taxas e limitação das atividades econômicas impostas pela Inglaterra, entre 1764 e 1775, as quais concorreram para a Guerra da Independência (1775-1783) dos Estados Unidos da América.

Foi com a referida companhia que as exportações da capitania do Maranhão cresceram sustentadas pelo algodão e a mão de obra escrava do negro africano. O cultivo do algodão foi priorizado uma vez que em 1760 foram exportadas 651 arrobas, enquanto em 1772 o foram 25.473 arrobas que ascenderam para 63.510 arrobas em 1788 (MARQUES, 1970), cujas áreas de produção de um lado abrangiam parte da Baixada Maranhense em direção ao rio Turiaçu e de outro lado subiam até 390 km ao longo do rio Itapecuru, concentrando-se em Caxias. O herbáceo chegou a ser responsável por 70% da exportação da capitania em apreço, sendo considerado o “eixo da [...] economia e continuaria a sê-lo por mais de um século” (VIVEIROS, 1992, p. 112).

Enquanto o algodão se espalhava pela Baixada Maranhense e o vale do Itapecuru, nos “sertões” do Sul a resistência indígena¹¹ não impediu o avanço da pecuária, cujas fazendas receberam apoio da mencionada companhia e a exportação de peles passou de 21.810 unidades em 1760 para 45.235 em 1765, declinando para 11.460 unidades em 1771 (VIVEIROS, 1992, p. 77).

A companhia em tela permitiu a introdução (1766) do arroz branco da Carolina (oriundo dos Estados Unidos da América) em contraposição ao cultivo da variedade “vermelho” por parte dos indígenas (GAIOSO, 1970), de modo que em termos anuais a exportação que era pífia (apenas 627 arrobas em 1770) cresceu de 30.194 arrobas em 1772 para 102.944 em 1774, de maneira que o número de navios ao ano partindo de São Luís para Lisboa passou de dez (antes da dita companhia) para vinte e quatro em 1781, chegando a uma centena em 1788 (MARQUES, 1970).

Apesar do incremento das culturas do algodão e do arroz, assim como da exportação de peles, ao final do reinado de Dom José, este não renovou o “contrato celebrado entre o ministério português e vários negociantes” (MARQUES, 1970, p. 212), o que culminou na Provisão Régia de 25/02/1778 e extinção da referida companhia. Esta, porém, enquanto ativa,

¹¹ Nos anos de 1760, 1763 e 1772, os Amanajó e os Acoroá empreenderam ataques a fazendas entre a povoação de Pastos Bons e o vale do rio Balsas.

concorreu tanto para dinamizar a economia e ampliar o povoamento quanto para que tal capitania sofresse

[...] todos os danos infligidos às economias periféricas pelo imperialismo da fase mercantil, inclusive a elevada vulnerabilidade a (*sic*) nível de preços e mercados para sua produção tendente à monocultura. E o florescimento algodoeiro canalizou para Portugal volume considerável de rendas, no Maranhão deixando, apenas, a marca arquetonicamente apreciável, mas economicamente pouco significativa, da área colonial de São Luís e Alcântara (GOMES, 1981, p. 17).

Convém destacar que, a partir da atuação dessa companhia, do porto de São Luís partiam entre 100 a 150 navios por ano e a exportação alcançou um milhão de libras, o que colocou a capitania do Maranhão como o único entre os “três principais centros econômicos” de então (além da faixa açucareira, e da região mineira) a conhecer “efetiva prosperidade” (FURTADO, 1971, p. 90 e 91). A renda oriunda do desenvolvimento desse período de 20 anos, todavia, concentrou-se

nas mãos de uma minoria insignificante [...] expressa por [...] comerciantes – ingleses e portugueses, sobretudo, – estabelecidos em São Luís e em Caxias e um pequeno grupo de grandes proprietários se beneficiaram do lucro advindo do crescimento da exportação e poderiam elevar o nível de vida, melhorar as condições de conforto e enviar os filhos a estudar na Europa (ANDRADE, 1970, p. 146-147).

Em termos territoriais, dois fatos merecem destaque. Um foi abertura da Estrada Real em 1769, pelo governador do Grão-Pará, a qual partiu da vila do Ourem em direção à aldeia de Maracu (hoje é o município de Viana, no Maranhão) a fim de conter “o rápido decréscimo da produção de gado em Marajó” e atender à demanda de carne e farinha da população daquela capitania através das “boiadas do Maranhão e Piauí” (MARQUES, 1970, p. 173). O outro se refere ao ano de 1772, quando o estado do Grão-Pará e Maranhão foi dividido em dois governos, isto é, o do Grão-Pará e Rio Negro, com capital em Belém, e o do Maranhão e Piauí, cuja sede era São Luís, vigorando durante trinta e nove anos. Com tal mudança a capitania do Maranhão teve sua divisa Oeste com a do Grão-Pará recuada do rio Gurupi para o Turiaçu (Figura 2).

Em direção aos “sertões” do Sul maranhense, a partir de Pastos Bons a pecuária avançou pelas cabeceiras dos rios Neves, Mearim, Farinha e Macapá, originando as povoações (e hoje, municípios) de Riachão (1808), Carolina (1810) e Porto da Chapada (Grajaú, 1811). Desta, “Antonio Francisco dos Reis, servindo-se dos autoctonos como informantes, guias e remeiros, desceu o rio Grajaú até o rio Mearim e daí a São Luís, [...] revelando a [...] existência de um mundo novo além da impervia mata” (CARVALHO, 1924, p. 40). Por isso, a navegação nos rios Mearim e Grajaú e, principalmente, no Tocantins foi (baseada na CR de

12/03/1798) estimulada para articular o Norte (São Luís) e o Sul (sertões), assim como as fazendas de gado seguiram na direção das barrancas do Tocantins confrontando¹² e aniquilando indígenas, de maneira que “conseguiram dilatar seus limites e tomar a Guaiaz o território de Carolina” (ABREU, 1975, p. 127).

No plano político, o governador da capitania do Maranhão cometeu “arbitrio e violência” no exercício do cargo em que se inclui interferência na Justiça, suspensão e prisão do governador da capitania subalterna de São José do Piauí. Tal fato resultou na demissão daquele por Dom João através da CR de 24/10/1810, substituindo-o por uma junta. Com efeito, pela CR de 10/10/1811 a capitania de São José do Piauí foi retirada da jurisdição do Maranhão.

A articulação territorial ainda era inexpressiva visto que no início do século XIX, mais precisamente em 1815, na capitania do Maranhão existiam apenas seis “estradas”: duas partiam de São Luís, sendo que uma se direcionava para Belém via Oeste (Estrada Real), e outra, “à beira-mar”, seguia para Pernambuco (Leste), passando pelo Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, a qual desde 1813 servia aos “correios mensais” (marítimos); duas articulavam Itapecuru-Mirim, sendo que uma ia para Tutóia e daí para o Piauí (Estrada da Boiada) e outra (Estrada do Galho) descia para Caxias. Outras duas tinham por base Caxias, de maneira que a Estrada Real rumava para a barra do Poti e para Pernambuco e Bahia (e por mar até o Rio de Janeiro), enquanto a Estrada do Sertão se direcionava para a “região” de Pastos Bons. Isto implica que os quadrantes do Centro, e do Sul, além da maior parte do Oeste maranhense encontravam-se isolados em função dos poucos “caminhos do gado”, da cobertura vegetal arbórea e da presença indígena, os quais eram passíveis de ocupação e são compreendidos como fundos territoriais.

Quanto à conformação do território, no dia 09/07/1816 foi lavrado o Auto de Demarcação que fixava como limites entre as províncias¹³ do Maranhão e de Goiás os rios Manuel Alves Grande e Tocantins, embora permanecessem pendências quanto à localização das terras do atual município de Carolina.

Em 1821 a província do Maranhão possuía uma população estimada em 152.283 habitantes (51% eram negros africanos) que se concentravam na única cidade, São Luís, e se dis-

¹² A exemplo do levante indígena que aconteceu em Pastos Bons no ano de 1812, assim como os Piocobogés que atacaram a antiga povoação de Porto da Chapada, em 1813.

¹³ Convém destacar que “o nome ‘Capitania’ foi substituído pelo de ‘Província’ em 1815, com a elevação do Brasil à condição de Reino Unido ao de Portugal” (SOUZA 1988 *apud* MARTIN, 1993).

tribuíam por doze vilas (Quadro 1) e dezenove povoações, correspondendo a uma densidade demográfica de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado (GOMES, 1981). Convém ressaltar que, de acordo com Meireles (1983), entre 1685 e 1820, no Maranhão foram introduzidos 187.000 africanos escravizados, oriundos de Angola, Benin, Guiné-Bissau, Nigéria e Togo.

Quadro 1. Província do Maranhão: cidade e vilas, 1821.

Situação	Nome	Número	
		Habitantes	Casas
Cidade	São Luís	19.611	2.714
Vila	Alcântara	8.000	1.223
	Caxias	2.426	-
	Guimarães	480	110
	Viana	300	-
	Monção	90	25
	Vinhais	300	32
	Tutóia	760	98
	Paço do Lumiar	520	-
	Itapecuru-Mirim	767	138
	Icatu	480	125
	São Bernardo	650	-
	Pastos Bons	480	60
	Total	34.864	4.525

Fonte: PAXECO, 1922, p. 400 e 401; BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coleção de monografias municipais (Nova Série – nº 38). *Paço do Lumiar*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983; BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coleção de monografias municipais (Nova Série – nº 233). *Caxias*. Rio de Janeiro: IBGE, 1984; BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República/ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Coleção de monografias municipais (Nova Série – nº 153). *Icatu*. Rio de Janeiro: IBGE, 1985.

A população citadina correspondia a 22,89% do total da província, cuja sede respondia por 56,25% dos habitantes da cidade e vilas juntos. Entre estas, a de Alcântara se sobressaía por ser área de produção de algodão e por ser escolhida pela população mais abastada para residir, visto que São Luís era considerada uma cidade de mercadores¹⁴. Ao longo da bacia do Itapecuru destacavam-se Itapecuru-Mirim e Caxias em função do avanço da cultura do algodão, de maneira que esta servia até como entreposto e feira para os produtos que se originavam nos “sertões” do Sul a partir de Pastos Bons que aglomerava as fazendas de gado¹⁵. Na Baixada Maranhense se destacavam as vilas de Guimarães e a de Viana devido, a primeira, à cultura do algodão; e a segunda, à missão de catequese e à função de entreposto na direção de

¹⁴ A importância de Alcântara pode ser ilustrada pelo fato de que possuía “câmara, dois juizes ordinários – do cível, crime e órfãos; no inverno, juntavam-se lá umas oito mil pessoas, que se reduziam a três mil, por todos os lavradores se retirarem para as fazendas, no verão” (PAXECO, 1922, p. 400). Por outro lado, em 1819 São Luís ocupava a “vista de sua população e riqueza, o quarto lugar entre as cidades brasileiras” (SPIX; MARTIUS, 1981, p. 269).

¹⁵ As citadas 44 fazendas de gado que existiam em 1751 na Ribeira do Sertão de Pastos Bons ascenderam para 123 em 1815 e foram estimadas em mais de 300 no ano de 1836. Tal atividade recebia o suporte de uma população escrava que correspondia a 20% do total (5.000), entre 1819-1821. Cf. CABRAL (1992, p. 141 e 150).

Belém. No Baixo Parnaíba as referências eram as vilas de São Bernardo e a de Tutóia que articulavam o Maranhão com o Piauí e o Ceará.

Em síntese, pode-se concluir que desde o início do período colonial o atual Maranhão esteve submetido a políticas territoriais. Legalmente pertencia à Coroa portuguesa desde 1500 e, apesar da instituição das capitanias hereditárias (1534-1548), foi fundada por franceses em 1612 que a dominaram até 1615 quando foram expulsos pelos portugueses. Esta foi a primeira ação concreta da Coroa lusitana visando à ocupação, que foi iniciada em 1616. Esteve sob o domínio holandês (1641-1644) e culminou em nova retomada pelos portugueses. Para tanto, foram instalados sete fortes, realizadas vinte e três (subestimadas) entradas do sertão que avançaram pelos rios e se defrontaram com indígenas. Colonos foram introduzidos, dezesseis missões religiosas (sendo três francesas) foram implantadas, das quais as jesuíticas predominaram e avançaram o povoamento, originando núcleos que, posteriormente, foram transformados em povoação, lugares e vilas. Apesar de predominar a navegação à vela, caminhos foram abertos na direção Oeste (Grão-Pará), Leste (Piauí e Ceará), Sul (Goiás e Bahia), facilitando a acessibilidade e a exploração econômica através da cana-de-açúcar, algodão e fazendas de gado, o que foi incrementado pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1758-1788), a qual substituiu a escravidão indígena pela negra africana e oficializou o tráfico, o que foi antecedido pela expulsão dos jesuítas. A conformação territorial foi modificada em função das divisões político-administrativas impostas pela Coroa, que totalizaram cinco e transformaram-no em um estado independente do Brasil entre 1621-1652 e 1654-1772, concorrendo para litígios, redefinição de limites e divisas, redução da superfície e questionamentos do sistema colonial por intermédio da Revolta de Beckman (1684-1685).

O Maranhão Provincial (1823-1889) não mudou a estrutura política, econômica e socioespacial

Um efeito imediato da adesão do Maranhão à Independência do Império do Brasil em 28/07/1823 foi que “os postos de comando e os cargos de governo que até então” cabiam aos portugueses foram deles retirados, o que concorreu para que as três famílias mais importantes e ricas (os Bruce, os Burgo e os Belfort) demonstrassem a “ambição de firmar-se, uma delas, na liderança política da nova ordem, para se fazer dona da situação futura”, cujo fato ficou conhecido como a “Guerra dos Três Bês” (MEIRELES, 1994, p. 97). Os fatos culminaram na instituição de uma junta em 1824, que funcionou até 1825.

Ao final dessa junta, dois fatos merecem registro. Um se refere aos manifestos impressos em 1827. Esses se sustentavam em discursos no sentido de que a terra e as pessoas do sertão (Sul) estavam abandonadas, eram desconhecidas e esquecidas por São Luís (Norte) e mudanças se faziam eram necessárias. Esse fenômeno social ficou conhecido como a República de Pastos Bons e de acordo com Ferreira (2006) seus motivos são contemporâneos.

Outro fato que merece ser destacado é que, com a ascensão ao poder por parte dos liberais em decorrência da Revolução de 1831, na escala dessa província registrou-se o conflito de interesses entre estes (denominados de Bem-te-vis ou Republicanos) e os conservadores (chamados de Cabanos, governistas ou portugueses). O resultado foi a união das pessoas, política, econômica e socialmente marginalizadas em geral e compostas pelas “classes inferiores” e “homens de cor”, a qual ficou conhecida como A Balaiada¹⁶ e a partir de 1838 abarcou “todo o Maranhão oriental, entre os baixos Parnaíba e Mearim [...] e se estendeu [...] para quase todo o Piauí e chegou mesmo a alguns municípios do Ceará” (ASSUNÇÃO, 1998, p. 68), contudo, sob ordem do Império foi debelada em janeiro de 1841.

Face ao ataque de índios a fazendas e à proibição da escravidão destes, na província do Maranhão foi instituída a Lei nº 85/1839 que trata de “um plano de civilização e catequese” através da autorização da implantação de três missões (duas no Alto Mearim e uma no Alto Grajaú), as quais

[...] deveriam ser assentadas em terras próprias para lavar, nas proximidades de rios, e campos para criar [...] a serem [...] demarcadas pelo Presidente da Província e ficariam restritas ao cultivo por parte dos índios. Em cada missão deveria ser construída uma Igreja, um cemitério e uma ou mais oficinas (COELHO, 1989, p. 141 e 143),

bem como seriam distribuídas sementes e haveria um missionário e um diretor. A primeira tentativa de implantação de uma missão indígena ocorreu em 1840. Recebeu ela a denominação de São Pedro do Pindaré, localizada na margem direita do rio que lhe dá o nome e próxi-

¹⁶ A Balaiada chegou “a agrupar [...] mais de 20 mil homens” (CARVALHO, 1924, p. 113), dos quais “3.000 eram escravos fugidos das fazendas” (VIVEIROS, 1992, p. 203). Convém ressaltar que embora tenha sido “apontada por muitos dos que sobre ela escreveram como uma explosão de banditismo, devido à origem humilde de seus chefes e aos excessos que eles cometeram, foi, na realidade, um dos mais expressivos movimentos populares realizados neste país [...] e também se propôs [...] a vingar os crimes e as barbaridades que eram há séculos contra eles cometidos” (SERRA 1940 *apud* ANDRADE, 1970, p. 151 e 153), sendo que também questionavam os abusos das leis dos prefeitos, o despotismo, o privilégio dos portugueses. A preocupação com esse movimento era tal que entre os objetivos da Lei nº 85/1839, a qual regulava a criação e administração das missões indígenas, se destacava o de “aquietar os indígenas, ou seja, segregá-los em uma dada área onde fosse possível controlá-los, de forma a liberar outras áreas para a expansão da lavoura, [...] e ainda [...] evitar que os índios se associassem aos revoltosos da Balaiada” (COELHO, 1989, p. 143 e 145).

mo à freguesia de Monção, cujos indivíduos pertenciam à etnia Guajajara. Com o objetivo de melhor administrar as tribos indígenas da província do Maranhão e com base no decreto imperial nº 426/1845 foram criadas as *diretorias parciais de índios* de Barra do Corda, Alpercatas e Foz do Grajaú, as quais concorreram para facilitar a navegação nos rios na área de influência dessas missões e diretorias.

Na década seguinte sobressaíram-se quatro fatos, cujas referências foram conformação do território maranhense, “medidas civilizadoras” do índio, colonização estrangeira e o soerguimento da economia. O primeiro fato atém-se à conformação territorial porque, através do Decreto nº 639, de 12/06/1852, o território do município de Turiaçu foi anexado à província do Maranhão e, por isso, o limite desta com a do Grão-Pará, a Oeste, que era o rio Turiaçu voltou a ser o rio Gurupi. A Lei Provincial nº 772/1854 anexou à província do Maranhão as terras nas quais se localizava a povoação de Santa Tereza (atual município de Imperatriz). Esta era reivindicada pela do Grão-Pará. Por intermédio do Decreto nº 773, de 23/08/1854, foram restabelecidos os limites da província do Maranhão com a de Goiás (hoje, estado do Tocantins) na serra das Mangabeiras e nos rios Manuel Alves Grande e Tocantins, incluindo-se a incorporação da povoação de São Pedro de Alcântara (hodiernamente é o município de Carolina) à primeira. Em consequência, conformou-se o território da província do Maranhão que tinha como única pendência o limite no delta do Parnaíba com a província de São José do Piauí (MARQUES, 1970; AYRES, 2001).

O segundo fato refere-se aos índios e a estratégia da província enquanto “medida civilizatória” consistiu na retomada das missões em 1854 através da denominada Januária (foz do rio Caru, no Pindaré), da etnia Guajajara, e da Leopoldina (margem esquerda do rio Mearim, na paragem Bacabal) composta das etnias Crenzés e Pobzés. Nesse ano foram criadas sete diretorias (Palmeira Torta, Camacaoca, Boa Vista, Sapucaia, Alto Pindaré, Caru e Alto Mearim). Outra estratégia utilizada previa o engajamento dos índios nas obras públicas relativas à abertura, manutenção e melhorias de vias de comunicação terrestre. Assim, tem-se uma forma de exploração da mão de obra indígena, que se sujeitava “a vencimentos baixos, o pagamento era feito em mercadorias, [...] sendo discriminada [...] como trabalhadores braçais. Nenhum índio consta na função de cabo, feitor, e muito menos ainda, diretor” (COELHO, 1989, p. 150). Vale notar que em 1851 e 1853 foram instituídas, respectivamente, as diretorias parciais Tapera da Leopoldina e Juçaral.

O terceiro fato é a colonização estrangeira levada a cabo entre 1853 e 1855. Houve sete tentativas que resultaram na entrada de 850 indivíduos, sendo trinta chineses e os demais, portugueses. Apenas a Santa Isabel dava esperanças de progredir enquanto as outras foram logo abandonadas e por isso “tendo sido extinta a repartição da colonização, foi por ordem da presidência de 8 de junho de 1860 cometida à Diretoria Geral dos Índios a inspeção e gerência da colonização estrangeira” (MARQUES, 1970, p. 205).

O quarto fato relaciona-se ao declínio da economia após a Balaiada, cuja saída foi o fomento da cana-de-açúcar através da “concessão de 30 contos de réis para premiar aos lavradores que produzissem mais de 1.000 arrobas de açúcar, e que de Caiena o governo tinha recebido mudas de cana de qualidade superior para distribuição gratuita” (VIVEIROS, 1992, p. 205). Esta estratégia contribuiu para a expansão do cultivo da cana-de-açúcar por “toda a Baixada, às margens do Itapecuru, do Mearim [...]” (MEIRELES, 2001, p. 259), concentrando-se no vale do Pindaré e por “isso em 1860, o Maranhão contava 410 engenhos, dos quais 284 movidos à máquina a vapor e à força hidráulica e 136 de tração animal” (VIVEIROS, 1992, p. 206). Isto concorreu para que a produção da cana-de-açúcar da província do Maranhão que sequer era exportada em 1821, devido a uma produção de apenas 417 arrobas, passasse para 100.000 em 1858, e com tendência de aumento (ANDRADE, 1970).

O incremento da atividade da cana-de-açúcar, paulatinamente, contribuiu para a relevância de novos ares da modernização que se expressam no aparelhamento material até então inexistentes. Neste caso, destaca-se: a instituição de estabelecimentos bancários (oriundos da articulação do capital comercial com grandes firmas exportadoras portuguesas), cujo primeiro foi o Banco Comercial do Maranhão que remonta a 1847. Foi efetivada a exploração da navegação fluvial (Lei Provincial nº 255/1849) com o intuito de interligar as áreas de produção à de escoamento (porto de São Luís) e para tanto foi fundada a Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão (1856), que, a partir de 1857, explorou os rios Itapecuru (até Caxias) e Mearim, além da costa (de Alcântara ao Turi). A iniciativa privada criou a Comissão da Praça (07/09/1854), cuja ascensão dos negócios concorreu para a instalação do Banco do Maranhão (1858) e, em 1869, do Banco Comercial, além do Banco Hipotecário e Comercial do Maranhão (1877).

Nas últimas décadas do século XIX os transportes terrestres no Sul da província do Maranhão tinham por referência a vila de Carolina que, enquanto entreposto, articulava às províncias de Goiás, e Grão-Pará. Partindo da Caxias a “estrada do sertão” se prolongou até

Carolina (180 léguas), bem como um ramal convergiu na direção de Porto da Chapada (atual município de Grajaú) perfazendo 60 léguas. Deste havia dois traçados: o primeiro se prolongava na direção de Barra do Corda (80 léguas), seguindo para Coroatá (59 léguas) de onde descia na direção de São Luís pelo rio Itapecuru através dos vapores da citada empresa de navegação. Com a intenção de “dar fácil trânsito às boiadas” e a partir da iniciativa do presidente da província do Grão-Pará entre 1860-62 foi implantada a “estrada Dom Pedro II”, a qual interligou Carolina à povoação de Capim (naquela província e passando por Santa Tereza – é hoje, Imperatriz) de onde alcançava Belém por barco em três dias, materializando um sonho que remonta aos “tempos do regime colonial” (MARQUES, 1970, p. 180 e 181). No ano subsequente, e também partindo de Carolina, foi efetivada uma estrada até a vila de Monção, o que permitiu chegar até São Luís via rio Mearim, cuja viagem pelos vapores da companhia de navegação que demandava dois meses foi reduzida para quinze dias.

Ainda nos “sertões” do Sul dessa província a Lei de 08/06/1871 desmembrou as terras da Vila Nossa Senhora da Vitória (corresponde, atualmente, aos municípios de Alto Parnaíba e Tasso Fragoso) do município de Pernaguá que pertencia à província do Piauí e as anexou ao município de Loreto, no Maranhão. Em 1873 o presidente Gomes de Castro solicitou a incorporação de uma companhia para definir e implantar o traçado de uma estrada de ferro que ligasse Carolina a Barra do Corda, cognominada Central do Maranhão. Esta malogrou porque o governo do Império não viabilizou a “garantia de juros para o capital a despende e um determinado prazo para uso e gozo da estrada a construir” (VIVEIROS, 1992b, p. 202). Além dessa ferrovia, em 1875, outras duas (Caxias a Teresina e São Luís a Rosário) tinham projetos dependendo de decisão do governo imperial. Some-se a isso que, os ares da modernização eram mais sentidos na sede da província que desde 1856 contava com abastecimento de água através de chafariz, a iluminação a azeite foi substituída pela de gás hidrogênio em 1863, os bondes remontam a 1870 e quatro anos depois foi instalado o cabo submarino implicando que “São Luís acompanhava de perto a corte” (PAXECO, 1922, p. 106), enquanto o telégrafo terrestre era ampliado pela província desde 1884.

Foi devido ao declínio da cana-de-açúcar, que sustentava a economia agroexportadora da província maranhense, derivado da proibição do tráfico negreiro (1850) e leis complemen-

tares de 1871 (Ventre Livre), dos Sexagenários (1885) e Áurea (1888)¹⁷ que aproximadamente “11.000 contos, dos quais 5.000 representavam a conta dos ex-lavradores” (VIVEIROS, 1992a, p. 558) foram reinvestidos na atividade industrial baseada na fiação de tecidos, a partir de 1875. Isto foi vislumbrado como saída pela elevação do preço da arroba no mercado internacional porque a Inglaterra teve comprometido seu fornecimento de algodão em decorrência da Guerra da Secessão (1860-1865) e da libertação dos escravos (1862-1865) nos Estados Unidos da América, assim como pela guerra Brasil-Paraguai.

Em relação à escala mundial, o parque têxtil maranhense se implantou tardiamente com a Companhia Industrial Caxiense em 1883. Essa ação serviu de estímulo para outras concentradas em São Luís, a exemplo da Companhia de Fiação e Tecidos Maranhense, que remonta ao penúltimo ano (1888) do Império do Brasil.

Uma síntese dos fatos que aconteceram no hodierno estado do Maranhão durante o Império revela que ele implantou duas estratégias de colonização, sendo uma indígena, resultando em sete missões e dez diretorias que acompanhavam os rios que adentravam a *hinterlândia*; e outra, que visava à implantação de sete núcleos de assentamento de estrangeiros, dos quais apenas um teve resultados positivos. A República de Pastos Bons iniciou as discussões sobre a necessidade de mudanças e A Balaia colocou em xeque o regime imperial, mas foi debelada. Os limites dessa província com as do Grão-Pará e Goiás foram acordados, contudo permaneceu pendência com a do Piauí acerca da foz do rio Parnaíba. A economia teve soerguimento com a cana-de-açúcar entre 1860 e 1875, o que concorreu para a instalação de equipamentos de modernização como, os estabelecimentos bancários, a efetivação da navegação fluvial a vapor, bem como para serem vislumbradas alternativas de transportes devido ao assoreamento gradativo dos principais rios. Com efeito, estradas foram abertas ligando, predominantemente o Sul maranhense a partir de Carolina, com Belém, Caxias e São Luís (via Monção), assim como desde 1873 planejou-se a construção da Estrada de Ferro Central do Maranhão e de outra ao longo da bacia do Itapecuru, entre São Luís e Teresina. Em função do declínio da produção da cana-de-açúcar assentada no uso da mão de obra escrava negra, asso-

¹⁷ Em 1882 a província do Maranhão produziu 16.100.000 kg de açúcar, os quais foram gradativamente reduzidos para 2.200.000 kg em 1887, 1.098.000 kg em 1889 e 634.000 kg em 1894 (VIVEIROS, 1992, p. 2 e 3). A antiga Comissão da Praça (atualmente corresponde à Associação Comercial do Maranhão) se posicionou contrária ao fim da escravatura e defendia que não se devia incorrer na “loucura da época – transformar o Maranhão agrícola em Maranhão industrial”. Alegava ainda que a simples notícia do fim da escravidão elevou os custos da escravaria, pois um escravo custava a essa altura mais de 1:500\$000 (GOMES, 1981, p. 18).

ciado aos efeitos da Guerra da Secessão americana, a economia teve relativa prosperidade com a inversão (tardia) do empresariado local na indústria têxtil a contar de 1883. Tais fatos, contudo, revelam adaptações do sistema à crise e não alteraram a estrutura política, econômica e socioespacial do Maranhão que se conformava.

Conclusões

O processo de colonização na América portuguesa e particularmente no Maranhão deve ser revisitado, sobretudo quando se pretende analisar como foi sua materialização em função de diversas estratégias utilizadas, as quais só podem ser apreendidas a partir do contexto histórico e suas repercussões. Por conseguinte, constatou-se a pretérita articulação entre o Rei e os particulares a fim de viabilizar a expedição que no Novo Mundo implicou em reconhecimento e apropriação do território, incluindo submissão de pessoas, e exploração econômica de acordo com o exigido pelo mercado localizado no Velho Mundo. Para tanto, a escravidão indígena e negra foi efetivada e oficializada, divisões político-administrativas foram negociadas e o território foi sendo estruturado sem se alterar a estrutura política, econômica e socioespacial dos que comandavam o processo.

Questionamentos, contudo, emergiram (Revolta de Beckman, A República de Pastos Bons, e A Balaiada), mas os representantes do sistema se articularam para revertê-los. O resultado de todo esse processo, é que aquelas pessoas que na Colônia e Império foram escravizadas e contribuíram por intermédio de vários indícios a exemplo da formação da população, presença de sítios arqueológicos, toponímia, culinária, bens materiais e imateriais (tambor de crioula, roda de capoeira, bumba-meu-boi) têm em seus contemporâneos descendentes a indicação da manutenção da estrutura e desigualdade política, econômica e socioespacial. Por isso, a revisão se impõe.

Referências bibliográficas

ABREU, Capistrano de. **Caminhos antigos e povoamento do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

AYRES, Érico de O. J. **Processo e política atual de desmembramento municipal no Maranhão**. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

ANDRADE, Manuel C. de. A dinâmica do povoamento e a ocupação do espaço geográfico maranhense. In: ANDRADE, M. C. de. **Nordeste. Espaço e Tempo**. Petrópolis: Vozes, 1970.

_____. **Ensaio sobre a realidade maranhense**. São Luís: IPES, 1984.

ASSUNÇÃO, Matthias R. “Histórias do Balaio”: historiografia, memória oral e as origens da balaiada. **Revista História Oral**, [S.l.], n. 1, p. 67-89, jun. 1998.

BANDEIRA, Arkley M. **Relatório de identificação e mapeamento histórico e cultural e das comunidades tradicionais dos municípios que integram a Região Metropolitana da Grande São Luís**. São Luís: Imesc, agosto 2018.

CABRAL, Maria do S. C. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do Sul do Maranhão**. São Luís: Sioge, 1992.

CARVALHO, Carlota. **O sertão**. Rio de Janeiro: Obras Científicas e Literárias, 1924,

CAVALCANTI FILHO, Sebastião B. **A questão jesuítica no Maranhão colonial (1622 – 1759)**. Recife, 1988. Dissertação - Mestrado em História - Universidade Federal de Pernambuco.

COELHO, Elizabeth, M. B. **A política indigenista no Maranhão provincial**. Natal, 1989, (Dissertação - Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Escravos do Atlântico equatorial: tráfico negreiro para o estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, nº 52, p. 79-114. 2006.

D’ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975. [1614].

FERREIRA, Antonio J. de A. **A produção do espaço urbano em São Luís do Maranhão: passado e presente; há futuro?** São Luís: EDUFMA, 2014.

_____. O Estado do Maranhão do Sul: velha idéia e realidade? **Ciências Humanas em Revista (UFMA)**. São Luís, v. 4, p. 137-152. 2006.

_____. **Políticas territoriais e a reorganização do espaço maranhense**. São Paulo, 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11082009-141934/>.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971. [1959].

GAIOSO, Raimundo José de S. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970. [1818].

GOMES, José P. T. **Formação econômica do Maranhão: uma proposta de desenvolvimento**. São Luís: FIPES, 1981.

LIMA, Carlos. **História do Maranhão**. Brasília: Senado Federal, 1980.

MARQUES, César A. **Dicionário histórico-geográfico da província do Maranhão**. Rio de Janeiro: Fon-Fon & Seleta, 1970. [1870].

MARTIN, André R. **As fronteiras internas e “questão regional” no Brasil**. São Paulo, 1993. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

MEIRELES, Mário M. **História do Maranhão**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001. [1960].

_____. **Os negros no Maranhão**. São Luís: UFMA, 1983.

_____. **Dez estudos históricos**. São Luís: ALUMAR, 1994.

MORAIS, José de. **História da Companhia de Jesus na Extinta Província do Maranhão e Pará**. Rio de Janeiro: Tip. do Comércio, 1860.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrólio Portela, 1985.

PAXECO, Fran. **Geografia do Maranhão**. São Luís: Teixeira, 1922.

PUNTONI, Pedro. **A guerra dos bárbaros: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SANTOS, Maria J. M. L. dos. **Geografia histórica da província do Maranhão nas primeiras décadas do século XIX**. São Paulo, 2007. (Trabalho de Geografia Individual). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SPIX, Johann B. von; MARTIUS, Carl F. P. von. **Viagem pelo norte do Brasil – 1817-1820**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. [1828].

STUDART FILHO, Carlos. **Fundamentos geográficos e históricos do Estado do Maranhão e Grão Pará**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio do Maranhão - 1612/1895**. São Luís:



Associação Comercial do Maranhão/ Lithograf, 1º v. 1992. [1954].

_____. **História do comércio do Maranhão - 1612-1895.** São Luís: Associação Comercial do Maranhão/ Lithograf, 2º v. 1992a. [1954].

_____. **História do comércio do Maranhão - 1896-1934.** São Luís: Associação Comercial do Maranhão/ Lithograf, 3º v. 1992b. [1954].